

OUTROS

GERADORA EÓLICAS BONS VENTOS DA SERRA 2 S.A. CNPJ 19.953.139/0001-88				Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
Balancos patrimoniais em 31/12/2017 e 2016				Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
(Em milhares de Reais)				2017	2016		
Ativo	Nota	2017	2016			Caixa líquido gerado	
Circulante				Fluxo de caixa das ativs.operacs.		p/atividades operacionais 105.570 5.973	
Caixa e equival.de caixa	4	46.284	2.009	Prejuízo líquido do exercício (2.903) (765)		Fluxo de cx.das ativs.de invests.	
Outras contas a receber		249	78	Ajustes p/concil.o lucro ao caixa oriundo das ativs.operacionais:		Aumento de capital - 119.900	
Despesas antecipadas		253	338	Depreciação e amortização 128 233		Adições do imobilizado (259.974)(125.215)	
		46.786	2.425	Baixa de imobilizado 1.593 2.257		Caixa liq.aplicado nas ativs.de investimentos (259.974) (5.315)	
				(1.182) 1.725		Fluxo de caixa das ativs.de Financiamentos	
Não circulante				(Aum.)Red.nos ativos operacionais:		Adiant.p/futuro aum.de capital 103.680 -	
Despesas antecipadas		-	221	Outras contas a receber (171) (78)		Empréstimos e financiamentos 95.000 -	
Depósitos e caudões		63	63	Despesas antecipadas 85 (582)		Caixa líquido aplicado nas ativs.de investimentos 198.680 -	
Imobilizado	5	425.416	147.872	Jurus recebidos e pagos (537) -		Aum.do cx.e equivs.de caixa 44.275 658	
		425.479	148.156	Aum.(Red.)nos passivos operacs:		Caixa e equivs.de caixa	
		472.265	150.581	Fornecedores (4.080) 4.167		No início do exercício 2.009 1.351	
Total do ativo		472.265	150.581	Obrigações tributárias (385) 499		No fim do exercício 46.284 2.009	
Passivo e patr.líquido	Nota	2017	2016	Obrigações trabalhistas 20 -		Aum.do cx.e equivs.de caixa 44.275 658	
Circulante				Adiant.p/futuro aum.de capital 111.800 242			
Fornecedores	6	6.122	4.257	Outras obrigações 20 -			
Obrigações trabalhistas		36	16	Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:			
Obrigações tributárias	7	147	532	(i) - Provisão de desmobilização no montante de R\$ 5.290; (ii) - Compra de imobilizado à prazo no montante de R\$ 5.945; (iii) - Capitalização de juros no montante de R\$ 7.516.			
Outras obrigações		246	226	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Adiant.p/futuro aum.de cap.	15	111.800	-	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016			
Empréstos.e financiamentos	13	4.262	-	(Em milhares de Reais)			
		122.613	5.031				
Não circulante							
Empréstos.e financiamentos	13	98.034	-				
Prov.p/desmob.de ativos	14	5.290	-				
		103.324	-				
Patrimônio líquido							
Capital social	8	146.320	146.320				
Reservas de capital		103.680	-				
Prejuízos acumulados		(3.672)	(770)				
		246.328	145.550				
Total do passivo e patrimônio líquido		472.265	150.581				
Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de Reais)							
	Nota	2017	2016				
Receita operac.líquida		-	-				
Custo do produto vendido		-	-				
Lucro bruto		-	-				
Despesas Operacionais							
Desps.gerais e administrats.	9	(1.749)	(479)				
Despesa com pessoal	10	(797)	(336)				
Outas despesas operacionais		(354)	(50)				
		(2.900)	(865)				
Resultado operacional		(2.900)	(865)				
Despesas financeiras	11	(15)	(23)				
Receitas financeiras	11	12	124				
		(3)	101				
Prejuízo antes do I.R. e contribuição social		(2.903)	(765)				
I.R. e contrib.social-corrente		-	-				
Prejuízo do exercício		(2.903)	(765)				
Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de Reais)							
		31/12/17	31/12/16				
Lucro do exercício		(2.903)	(765)				
Outros result.abrangentes		-	-				
Resultado abrangente total		(2.903)	(765)				
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)							
1 Contexto operacional - A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A ("BVS" ou "Companhia"), com sede na cidade de Ibiapina/Ce, foi constituída em 07 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente dessas e quaisquer outros direitos relacionados, ligados diretamente às Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7. As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,2 MW no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de Dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013.							
a. Autorização - Bons Ventos da Serra 2 - A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.							
Central Geradora Eólica							
				Portaria MME	Data de Publicação		
Bons Ventos Cacimbas 2				332	15/07/2014		
Bons Ventos Cacimbas 3				306	08/07/2014		
Bons Ventos Cacimbas 4				299	03/07/2014		
Bons Ventos Cacimbas 5				270	11/06/2014		
Bons Ventos Cacimbas 7				291	25/06/2014		
b. Capacidade Produtiva - A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceara, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 86,1 MW de Garantia Física.							
Central Geradora Eólica		Localização		Aerogeradores		Garantia Física	
Bons Ventos Cacimbas 2		Ubajara		11		23,1	
Bons Ventos Cacimbas 3		Ubajara		7		14,7	
Bons Ventos Cacimbas 4		Ibiapina		5		10,5	
Bons Ventos Cacimbas 5		Ibiapina		10		21	
Bons Ventos Cacimbas 7		Ubajara		8		16,8	
c. Capital Circulante Líquido - Em 31 de Dezembro de 2017, a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido Negativo no valor de R\$ 75.827 (Em 31 de Dezembro de 2016, R\$ 2.606). Conforme estimativas da Administração, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido com a geração futura de caixa da Companhia, quando do início de suas operações prevista para 01 de maio de 2018. 2 Base de preparação - d. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC - As demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos seus Acionistas e Diretores em 02 de maio de 2018. e. Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. f. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. • Nota Explicativa 14 - Provisão para desmobilização de ativos - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de Dezembro de 2018 estão incluídas na seguinte nota explicativa. 3 Principais práticas contábeis - a. Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em espécie, receitas decorrentes de aplicações financeiras, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. b. Instrumentos financeiros - (i) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. (ii) Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge. (iii) Categoria dos instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros estão classificados em: Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras), e custo amortizados (fornecedores, empréstimos e financiamentos). c. Imobilizado - i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um							



item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas médias anuais variáveis, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: - Torres anemométricas...5 anos; - Máquinas e equipamentos...16 anos; - Móveis e utensílios...16 anos; - Computadores e periféricos...6 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Licenças ambientais - As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo dos parques eólicos. **e. Redução ao valor recuperável** - O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **f. Fornecedores** - Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **g. Empréstimos e financiamentos** - Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. **Capitalização dos custos dos financiamentos** - Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de empréstimos e financiamentos são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos. **h. Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que não que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. **i. Imposto de renda e contribuição social** - O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base presumida excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre a base presumida para contribuição social sobre o lucro líquido. **j. Outros passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **k. Capital social** - O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** - Uma série

de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e por opção da companhia, não foram adotadas de forma antecipada na elaboração destas demonstrações. Aquelas que podem ser relevantes para a entidade, estão mencionadas abaixo: **IFRS 9 Financial Instruments** (Instrumentos Financeiros) que será adotada a partir de 1º de Janeiro de 2018. A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - 06/IFRS16 Leases. **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Caixa e bancos	12	9
Aplics.financeiras CDB CDI	46.272	2.000
Total	46.284	2.009

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários (CDB), são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. **IFRS 16 Leases** (Arrendamento) que será adotada a partir de 1º de Janeiro de 2019. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de

5 Imobilizado

	2017	2016
Torres anemométricas	275	402
Máquinas e equipamentos	1	-
Móveis e utensílios	28	-
Computadores e periféricos	23	2
Imobilizações em andamento	114.874	35.841
Adiantamento p/fornecedores	264.302	95.963
Custos p/demobiliz.de ativos	5.290	-
Gastos com implementação	40.623	15.665
Total	425.416	147.873

Movimentação do ativo imobilizado	Taxa	31/12/2016	Adições	Baixas	Transfe	31/12/2017
Custo	depreciação a.a.				rências	
Torres anemométricas		634	-	-	-	634
Máquinas e equipamentos		-	1	-	-	1
Móveis e utensílios		-	28	-	-	28
Computadores e periféricos		4	21	-	-	25
Imobilizações em andamento		35.841	62.005	(16)	17.045	114.875
Adiantamento para fornecedores (**)		95.962	185.402	-(17)	-(17.045)	264.302
Gastos com implementação		15.665	26.517	(1.560)	(1.019)	40.622
Custos para desmobilização de ativos (*)		-	5.290	-	-	5.290
		148.106	279.264	(1.593)	-	425.777
Depreciação						
Torres anemométricas	2,86%	(233)	(127)	-	-	(360)
Máquinas e equipamentos	6,25%	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	6,25%	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	16,67%	-	(1)	-	-	(1)
		(233)	(128)	-	-	(361)
Total do Imobilizado		147.873	279.136	(1.593)	-	425.416
Custo	Taxa depreciação a.a.	31/12/2015	Adições	Baixas	Transfe rências	31/12/2016
Torres anemométricas		634	-	-	-	634
Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-
Móveis e utensílios		-	-	-	-	-
Computadores e periféricos		-	4	-	-	4
Imobilizações em andamento		828	30.160	(9)	4.862	35.841
Adiantamento para fornecedores		16.062	86.827	(2.065)	(4.862)	95.962
Gastos com implementação		7.623	8.225	(183)	-	15.665
Custos para desmobilização de ativos (*)		-	-	-	-	-
		25.147	125.216	(2.257)	-	148.106
Depreciação						
Torres anemométricas	2,86%	-	(233)	-	-	(233)
Máquinas e equipamentos	6,25%	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	6,25%	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	16,67%	-	-	-	-	-
		-	(233)	-	-	(233)
Total do Imobilizado		25.147	124.983	(2.257)	-	147.873

(*) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a entidade promoveu o a elaboração de estudo visando obtenção de provisão adequada a realidade do empreendimento na data de elaboração destas demonstrações. Visando maior conservadorismo a estruturação deste valor, a administração da companhia promoveu a contratação de laudo a ser

desenvolvido por Companhia de engenharia, e que será finalizado após operacionalização do empreendimento. (**) Os adiantamentos para fornecedores são substancialmente para o fornecedor WEG S.A.. A WEG S.A. é responsável pelo gerenciamento, construção e fornecimento dos aerogeradores. Os 41 aerogeradores do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2, são cedidos em garantia ao BNDES em virtude de contrato de financiamento pactuado com a Companhia. (nota explicativa 13). **Análise de perda ao valor recuperável** - A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não identificamos indicadores de impairment, de forma que nenhum teste de impairment foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

	2017	2016
6 Fornecedores	6.122	4.257
Fornecedores nacionais	6.122	4.257
	6.122	4.257

Os valores são destinados ao pagamento de fornecedores para construção do complexo eólico Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2,3,4,5 e 7) e despesas gerais da Companhia.

	2017	2016
7 Obrigações Tributárias		
ISS a recolher	46	259
INSS a recolher	48	238
Outros impostos a recolher	53	35
Total	147	532

8 Patrimônio líquido - a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 146.320 totalmente integralizado e representado por 146.320.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") - O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um compromisso de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldo de AFAC de R\$ 103.680, cujas atas de subscrição encontram-se em processo de registro perante a Junta Comercial do Ceará.

	2017	2016
9 Despesas gerais e administrativas		
Despesas por natureza		
Depreciação	128	233
Despesas com serviços advocatícios	12	120
Despesas de serviços com assessoria e consultoria	215	112
Despesas com seguros (*)	1.045	-
Outras despesas gerais	349	14
Total de desps.administrativas	1.749	479

(*) Valores referentes a amortização de seguros das obras em andamento do parque eólico.

	2017	2016
10 Despesas com pessoal		
Pró Labore	431	260
Salários e Ordenados	161	-
Encargos	142	52
Benefícios	63	24
Total	797	336

	2017	2016
11 Receitas e despesas financeiras líquidas		
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5	124
Descontos obtidos	3	-
Juros recebidos	3	-
Recuperações de despesas	1	-
Total	12	124
	2017	2016

	2017	2016
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	-	(3)
Despesas com comissões	-	(20)
Encargos financeiros	(15)	-
Total	(15)	(23)

(Despesas) receitas financeiras líquidas reconhecidas no resultado (3) 101

12 Instrumentos financeiros - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de

liquidez - Risco de mercado - Risco operacional - **a. Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos e financiamentos	8.770	12.773	132.584
Fornecedores	6.122	-	-

b. Risco de mercado - Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **c. Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou

indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **d. Gestão de capital** - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **e. Análise dos instrumentos financeiros** - É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações financeiras:

	Nota	Valor Contábil		Valor Justo	
		2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.284	2.009	46.284	2.009
Total		46.284	2.009	46.284	2.009
Passivos financeiros					
Fornecedores	6	6.122	4.257	6.122	4.257
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	111.800	-	111.800	-
Empréstimos e Financiamentos	13	102.296	221	102.296	221
Total		220.218	4.478	220.218	4.478

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. **Valor justo dos instrumentos financeiros** - O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil	31/12/2017		
	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixas e Equivalentes de Caixa	46.284	46.284	-	-
Total	46.284	46.284	-	-
Passivos Financeiros				
Fornecedores	6.122	6.122	-	-
Adiantamento Futuro Aumento Capital	111.800	111.800	-	-
Empréstimos e Financiamentos	102.296	102.296	-	-
Total	220.218	220.218	-	-

f. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros - O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras. A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos. **Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:** O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
TJLP	7,00%	8,80%	10,50%	5,30%	3,50%
CDI	6,33%	7,90%	9,50%	4,70%	3,20%

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Exposição taxa de juros(i)					
Aplicações financeiras	2.929	3.655	4.396	(2.175)	(1.480)
Empréstimos e financiamentos	(7.161)	(9.002)	(10.741)	5.422	3.580
Impactos no resultado do exercício	(4.232)	(5.347)	(6.345)	3.247	2.100

Descrição	Indexador ⁽⁶⁾	Encargos financeiros Taxa média anual de juros	31/12/2017		
			31/12/17	31/12/16	Vencimento
13 Empréstimos e Financiamentos					
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	8,02% a.a	102.296	-	Abril/2034
Total			102.296	-	
Circulante			4.262	-	
Não circulante			98.034	-	
			31/12/17	31/12/16	
Financiamentos – BNDES (A / B)			95.000	-	
Custo de Captação			(939)	-	
Capitalização de Juros			8.235	-	
			102.296	-	
Circulante			4.262	-	
Não Circulante			98.034	-	



Refere-se a linha de crédito obtida pela Companhia junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Economico Social) no valor total de R\$ 225.540, divididos em 6 (seis) subcréditos (A, B, C, D, E e F), destinados a implantação do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7).

Linha de crédito não utilizada - Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 130.540 (R\$225.540 em 31 de dezembro de 2016).

a. Garantias - As garantias dos financiamentos são as usuais para um Project Finance, incluindo: Contas Reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária. **b. Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:**

	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	6.394	-
25 a 36 meses	6.394	-
37 a 48 meses	6.394	-
49 a 60 meses	6.394	-
61 a 192 meses	72.458	-
	<u>98.034</u>	-

c. Covenants - O instrumento de concessão de crédito pactuado entre a Companhia e BNDES, determina que a entidade mantenha determinados índices financeiros e premissas durante a vigência do contrato, quais sejam; • ICSID (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) - Manter durante

toda a vigência do presente contrato, de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e Vinte Centésimos), que será apurado através de demonstrativos auditados, por auditores independentes cadastrados na CVM, anualmente com base nas informações financeiras à partir do exercício fiscal do ano de 2018. • A

Composição do saldo das Contas Reservas, mantidas no Banco Itaú equivalente: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida: três vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES; (ii) Conta Reserva de O&M: três vezes a última prestação vencida do contrato de Operação e Manutenção mantida na Conta Reserva de O&M. O contrato estabelece que o não cumprimento dos índices acima, nos prazos pactuados, podem implicar em penalidades ou em certos casos, a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. A companhia fica obrigada aos cumprimentos destas obrigações, quando do início de suas operações (01 de maio de 2018), portanto, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava dispensada dessas obrigações. **14 Provisão para desmobilização** - Em 31 de dezembro de 2017, o saldo total de provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 5.290, registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2. Para cálculo dos recursos

necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquina para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado. **15 Adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC"** - Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldo de AFAC no passivo circulante no montante de R\$ 111.800. Estes valores referem-se a recursos providos pelos acionistas para honrar compromissos da Companhia, em função da expectativa da emissão de debentures em infraestrutura em regime de compartilhamento de garantias com o BNDES em linhas de créditos contratadas, respectivamente, nos montantes de R\$ 56.500 e R\$ 130.540, cujos desembolsos ocorrerão ao longo do exercício de 2018. **16 Eventos Subsequentes** - A administração da Companhia, visando assegurar o cumprimento integral das obrigações pactuadas nos CCEAR's (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), promoveu a celebração de contrato de compra de energia elétrica no montante de 11.300 MWH ao custo R\$ 158,00 (Cento e cinquenta e oito reais) por megawatt-hora referente ao período de 01/05/2018 a 31/05/2018. Esta decisão foi aprovada pelo conselho de administração na data de 02 de Abril de 2018, e ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2. Para cálculo dos recursos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. Fortaleza – Ceará - Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de maio de 2018. KPMG Assurance Services Ltda. - CRC 2SP023228/O-4. Marcelo Pereira Gonçalves - Contador CRC 1SP220026/O-3, Alexandre F. do Nascimento - Contador CRC 1SP237177/O-3.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL - CPSRCAS – PORTARIA CPSRCAS Nº 001 de 25 de Abril de 2018. Designa membros para compor a Comissão de Licitação e Equipe de Apoio ao Pregão do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS** - CPSRCAS e dá outras providências. **O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação e decisão em Assembleia Geral Consorcial, tendo em vista o que dispõe o Estatuto da Entidade: **RESOLVE Art. 1º** – Designar os servidores abaixo nominados para compor a Comissão de Licitação do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL - CPSRCAS**: **Presidente**: Paulotino Araújo de Vasconcelos. **Membros**: Carlos Augusto Silva Junior. Isabelly Oliveira Pereira. **Suplentes**: Gizele Ferreira Dantas. Pamella Cristiny Bezerra Montesuma. **Art. 2º** - Designar os servidores abaixo nominados para compor a Equipe de Apoio ao Pregão/Pregoeiro(a) do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS**: **Pregoeiro**: Paulotino Araújo de Vasconcelos. **Equipe de Apoio**: Carlos Augusto Silva Junior. Isabelly Oliveira Pereira. **Suplentes**: Gizele Ferreira Dantas. Pamella Cristiny Bezerra Montesuma. **Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e será publicada nos órgãos de imprensa oficial e/ou equivalentes, dos órgãos consorciados. **Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria CPSRCAS Nº 002, de 05 de Outubro de 2017. **CascaVEL-CE, 25 de Abril de 2018. VALDEMAR ARAUJO DA SILVA FILHO – Presidente do CPSRCAS.**

